



**COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS**

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

**ATA N.º 04 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESTADUAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

1 Aos vinte e seis de novembro de dois mil e dezesseis aconteceu na Casa dos Direitos
2 Humanos, localizada na Avenida Amazonas 558, no Centro de Belo Horizonte, a
3 quarta reunião ordinária da Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável de
4 Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG). A reunião se
5 iniciou com a apresentação dos presentes e, em seguida, se passou a leitura da ata
6 da reunião anterior, que foi aprovada por todos os presentes. Em seguida deu-se
7 início à oficina sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional sob a
8 coordenação do Projeto Fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e
9 Nutricional nos Estados do RJ, MG e ES – Região Sudeste. Finalizada a
10 apresentação passou-se para o processo de diálogo com a Pleno da CEPCT-MG
11 para a construção de proposta com foco nos povos e comunidades tradicionais e que
12 serão encaminhadas para compor o novo Plano Estadual de Segurança Alimentar e
13 Nutricional do Estado de Minas Gerais. Finalizada a parte da manhã, às 12h30min,
14 todos foram dispensados para o almoço. A reunião se iniciou à tarde, às 14h20min
15 com as informações sobre a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de
16 Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) para quilombolas, indígenas e demais
17 comunidades tradicionais, apresentadas por Márcia Campanharo Zanetti Bonett,
18 representante da EMATER. Informou que a DAP é o documento de identificação
19 da agricultura familiar e pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar
20 (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações,
21 cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Em seguida Márcia Campanharo
22 Zanetti Bonett apresentou e dialogou com o Pleno da CEPCT-MG sobre o conteúdo
23 da Lei 11.326/2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

24 Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Especificou
25 que os problemas enfrentados para o acesso de quilombolas, indígenas e demais
26 comunidades tradicionais à DAP são de diversas ordens, como por exemplo, a
27 exigência de documento de posse da terra para comunidades quilombolas, indígenas
28 e demais comunidades tradicionais, bem como a negação de direitos quando o
29 acesso à DAP se torna o instrumento de acesso à políticas públicas. Flávio Rodrigo
30 Cruz, representantes dos Garimpeiros Faiscadores, destaca que é importante a
31 inclusão de todas as comunidades no acesso à DAP. Guilherme, representante da
32 FUNAI, destacou que a burocratização do acesso à DAP e que é importante que seja
33 considerado o potencial produtivo das comunidades e não tanto a metragem.
34 Informou que a FUNAI se dispõe a passar para a EMATER os registros referentes à
35 terras indígenas em Minas Gerais. Hélio Valeriano de Souza, representantes das
36 Congadeiros, disse que é importante pensar na capacitação dos técnicos da
37 EMATER, para que possa compreender melhor as especificidades dos povos e
38 comunidades tradicionais. É uma tarefa educativa que cabe à EMATER desenvolver o
39 treinamento dos gestores responsáveis pela emissão da DAP. Maria Helena Ferreira
40 Brito Santos, representante dos Caatingueiros, observou que é também preciso
41 pensar na questão do PRONAF Jovem e PRONAF Mulher, dois grupos importantes
42 dentro da agricultura familiar. Renata A. Souza Seidl representante da SEPLAG,
43 destaca que a forma como os financiamentos são feitos levam ao endividamento dos
44 agricultores familiares e é preciso pensar outras maneiras como, por exemplo, os
45 empréstimos a fundo perdido. Os Povos e comunidades tradicionais querem o acesso
46 ao crédito, por isso é necessário rever como incluí-los nas políticas da agricultura
47 familiar. Após as discussões deliberou-se pela elaboração de um documento a ser
48 encaminhado para o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura
49 Familiar (CEDRAF), solicitando uma DAP para indígenas, quilombolas e demais
50 comunidades tradicionais. Para a construção do documento ficaram responsáveis a



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

51 SEDPAC, a EMATER, o INCRA, o CONSEA e Cássia, como representante da
52 sociedade civil. O documento será apresentado na reunião do CEDRAF que
53 acontecerá no dia 07/12/2016, na Cidade Administrativa. Finalizada esse ponto da
54 pauta a palavra foi dada à Sula Kyriacos Mavrudis, representante do Povo de Circo,
55 que destacou a importância de um controle a ser feito pela CEPCT-MG em relação a
56 pauta dos circenses. Dentre essas pautas há três que são importantes: o diálogo com
57 as prefeituras municípios no sentido que essa possa garantir ao povo de circo o
58 direito ao trabalho, pois muitas negam esse direito quando proíbem ou dificultam a
59 entrada do circo na cidade; a necessidade de ter um local adequado para a instalação
60 do circo, pois na maioria das vezes o terreno é particular e há todo um processo
61 burocrático para a retirada do alvará e outros documentos; em Belo Horizonte há a
62 projeto de construção, em área doada pela extinta Rede Ferroviária Federal, do
63 Centro de Referência do Circo, que já foi incluído no PPAG, mas que não teve o
64 financiamento aprovado. Outra dificuldade está relacionada à matrícula das crianças,
65 adolescentes e jovens nas escolas à despeito da portaria do MEC sobre a população
66 itinerante. Para o encaminhamento das diversas reivindicações do Povo de Circo a
67 deliberação do pleno foi da realização de uma reunião, em data a combinar, das
68 representações do povo de circo com as secretarias de estado, principalmente,
69 Educação, Direitos Humanos, Desenvolvimento social e Trabalho, Saúde e Cultura. O
70 Cacique Bayara, representante dos povos indígenas, relatou a reunião realizada no
71 dia 25/11/16 como Jairo José Isaac para tratar da situação da Aldeia Pataxó no
72 Parque do Rio Corrente, no Município de Açucena, e pediu para que os órgãos de
73 segurança pública possam atender à comunidade diante das ameaças que sofrem da
74 parte de posseiros e outros ocupantes da área do parque. Neste caso também
75 entende que é necessário o atendimento pelo Programa de Proteção dos Defensores
76 de Direitos Humanos e pela FUNAI. Marinalva de Jesus, convidada permanente pelo
77 Conselho Estadual de Política de Igualdade Racial (COEPIR), disse que é preciso a



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

78 construção de uma pauta relativa à questão dos indígenas vivendo em contexto
79 urbano e pede para que o governo do estado reveja as reivindicações entregues por
80 ela em 2103 e 2016. Entre as questões a serem tratadas está a demanda por terra
81 para aldeamento das famílias indígenas, além da moradia, a prevenção ao uso de
82 álcool e drogas, bem como a possibilidades de realização de um mapeamento dos
83 indígenas vivendo em contexto urbano das etnias já reconhecidas pela FUNAI e dos
84 auto-declarados. Andreia Aparecida Felipe, representante da comunidade dos
85 Artesãos de Barro e Tecelãs, destacou a importância de uma maior participação da
86 Secretaria de Estado da Educação na reunião da CEPCT-MG com o intuito de abrir
87 pensar em proposta para uma educação diferenciada para os povos e comunidades
88 tradicionais. No caso dos artesãos e tecelãs, Andreia destaca a urgência de
89 valorização dos mesmos, uma vez que as prefeituras colocam muitos impedimentos.
90 Luiz Tarcizio Gonzaga de Oliveira, convidado permanente como representante do
91 Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), apresentou a situação dos garimpeiros
92 fiscadores dos municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, atingidos pelo
93 desastre de Mariana e que não estão sendo reconhecidos pela empresa Samarco.
94 Informou que o MPMG através da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
95 (CIMOS) vem acompanhando e orientando os garimpeiros fiscadores e que falta a
96 estes o reconhecimento formal, por isso propõe fazer um processo autoconhecimento
97 coletivo e a manifestação da CEPCT-MG por meio de um documento de
98 reconhecendo-os como comunidades tradicionais, bem como a realização de uma
99 visita em loco do representante dos garimpeiros fiscadores na CEPCT-MG, da
100 SEDAPC/Superintendência de Povos e Comunidades Tradicionais e o
101 MPMG/CIMOS. Por último propôs a inclusão da CIMOS no Grupo de Trabalho para a
102 elaboração da minuta de decreto de regularização fundiária para normatizar o artigo
103 6º da Lei 21.147/2014. Após a exposição de Luiz Tarcizio foi aprovado pelo Pleno a
104 elaboração do documento pela presidência da CEPCT-MG e a realização da visita



**COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS**

Rod. Papa João Paulo II, 4001 – Bairro Serra Verde - Belo Horizonte – MG - CEP 31630-901.
Edifício Gerais – 2º andar - Telefones: (31) 3916-7997/3916-7294/3916-7304

105 técnica, no período de 12 a 14 de janeiro de 2017, aos faiscadores em Rio Doce e
106 Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. Joaquina Júlia Martins, representante do
107 CONSEA, sugeriu que diante das dificuldades encontradas para pautar os povos e
108 comunidades tradicionais no processo de elaboração do PPAG, conforme se
109 observou em 2016, que a CEPCT-MG envie um ofício para a Assembleia Legislativa
110 de Minas Gerais (ALMG) solicitando a realização de um Fórum Técnico para que se
111 possa realizar um processo de formação para os técnicos da ALMG. Considerando a
112 relevância da proposição, essa foi aprovada pelo Pleno da Comissão. Por último,
113 foram feitos os diálogos sobre o planejamento das reuniões ordinárias CEPCT-MG,
114 que assim ficou definida: 15 e 16 de março; 21 e 22 de junho; 13 e 14 de setembro;
115 29 e 30 de novembro. Em seguida, a Presidência agradeceu a presença de todos e
116 deu por encerrada a reunião. Sem mais nada a relatar, eu, Danilo Daniel Prado
117 Araújo, Secretário Executivo da CEPCT-MG, lavrei a ata, que vai assinada por mim e
118 pelo Senhor Presidente. Belo Horizonte, 26 de novembro de 2016.

Danilo Daniel Prado Araújo
Secretário Executivo da CEPCT-MG

João Carlos Pio de Souza
Presidente da CEPCT-MG